

# 'NÃO SE PERGUNTA A UM ESCRAVO SE QUER SER LIVRE'

A 11ª CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA (OUA) REUNIU-SE EM JULHO EM MOGADISHU. O NOSSO PRESIDENTE, CAMARADA SAMORA MACHEL, DISCURSANDO NA CONFERÊNCIA EXPLICOU A POSIÇÃO DA FRELIMO EM RELAÇÃO ÀS RECENTES MANOBRAS DO GOVERNO COLONIALISTA PORTUGUÊS. PUBLICAMOS AQUI EXCERTOS DA SUA INTERVENÇÃO.

Pela XI vez se reúne a augusta assembleia dos chefes de Estado e de governo da África e a ela em nome da FRELIMO e do Povo Moçambicano endereçamos os votos de maior sucesso na nossa luta comum pela liberdade, unidade e progresso do nosso continente.

Creemos que esta sessão marcará uma nova e decisiva fase na liquidação final do colonialismo português na África. Mais do que nunca são extremamente favoráveis as condições para que o nosso continente destrua a forma mais retrógrada e bárbara, mais decadente e corrupta da dominação estrangeira. Em Moçambique o trabalho político constante da FRELIMO permitiu que a nossa linha clara e justa fosse assumida, do Rovuma ao Maputo, pela totalidade do nosso Povo.

A justiça da nossa causa e do nosso combate ganhou a completa adesão das massas que vivem nas zonas ainda ocupadas militarmente pelo inimigo, como o demonstram as manifestações que continuamente têm lugar em todos os sectores urbanos.

Sem distinção alguma, moçambicanos de todas as raças e etnias, crenças religiosas e origens sociais, jovens e velhos, mulheres e homens exigem a independência nacional e afirmam a sua total identificação com os princípios e programas da FRELIMO.

É esta determinação e unidade do Povo Moçambicano, forjado na luta clandestina, nos sofrimentos e torturas, nas prisões e



O camarada Presidente falando na Conferência da OUA.

campos de concentração que tem permitido a extensão contínua da luta armada de libertação nacional.

Em 10 anos de guerra popular sob a direcção da FRELIMO, o Povo Moçambicano determinado e unido foi capaz de esmagar a agressão colonialista portuguesa. Assim, em 11 de Maio último, em Lourenço Marques no curso duma conferência de imprensa, o General Francisco da Costa Gomes, chefe do Estado Maior General das Forças Armadas Portuguesas afirmou que «a Força Armada atingira o limite da exaustão neuro-psicológica». Esta vitória do Povo Moçambicano é antes de tudo uma vitória do combate unido da África. Ela é o resultado da luta heróica dos Povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, que de armas na mão neutralizam e destroem o exército colonial de agressão.

É justo que convosco rendamos homenagem à luta solidária dos Povos de Angola, Guiné e Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, África do Sul, Namíbia, Zimbábue, e outros países que conosco combatem pela destruição do colonialismo, do racismo e do imperialismo.

No curso das últimas semanas, o Governo colonial português tomou a iniciativa de iniciar conversações com o PAIGC e a FRELIMO, representantes autênticos e legítimos dos Povos da República da Guiné-Bissau e Cabo Verde e de Moçambique respectivamente.

Esta atitude é certamente positiva e responde à vontade constantemente expressa pelos nossos Povos e pela África inteira, vontade de pelo diálogo resolver-se o antagonismo fundamental que nos opõe ao colonialismo.

No entanto, para que o diálogo seja útil e não sirva apenas de encenação destinada a desmobilizar os nossos Povos e a opinião internacional, é indispensável que certos princípios fundamentais sejam respeitados.

O direito à independência total e completa e à integridade territorial não pode ser objecto de negociações. Trata-se de um direito inalienável dos Povos, que Portugal deve reconhecer sem ambiguidades ou restrições. A este nível devemos exprimir a nossa decepção perante as manobras portuguesas, visando evitar o reconhecimento da República da Guiné-Bissau, Estado reconhecido pela África inteira e por 2/3 dos Estados que compõem a comunidade internacional. Sem dúvida, estas manobras mostram a falta de sinceridade e a má fé do Governo colonial português. Por outro lado, a insistência portuguesa em organizar consultas referendárias dos nossos Povos inscreve-se na mesma perspectiva.

Se esta consulta era válida quando os nossos Povos ainda não combatiam de armas na mão, ela perdeu o seu sentido no dia em que as lutas armadas começaram há 13 anos em Angola, há 11 anos na República da Guiné-Bissau e há 10 anos em Moçambique. Os sacrifícios consentidos, a firmeza e a determinação das massas no curso duma das guerras mais cruéis da história, claramente exprimiam a vontade mais profunda dos nossos Povos. No dia em que pegaram em armas, os nossos Povos autodeterminaram-se em favor da independência nacional e retomaram a iniciativa histórica que lhes fora retirada pela dominação colonial.



*O Presidente da FRELIMO e o Presidente da Tanzania, na sua chegada ao aeroporto de Mogadishu, acompanhados do Presidente Siad Barre da Somália.*

Quando um Povo exprime tão claramente a sua vontade e determinação, emitir-se qualquer dúvida sobre a sua decisão, é por assim dizer, lançar um insulto para os sacrifícios consentidos e para todas as vítimas que heróicamente tomaram pela liberdade. Aliás assim o entenderam as Nações Unidas quando continuamente pediam que Portugal se engajasse em negociações com os movimentos de libertação, na base do direito à autodeterminação e à independência.

Ao reconhecer a representatividade das nossas organizações e a legitimidade da nossa luta, as Nações Unidas exprimiam a realidade introduzida pelas lutas armadas de libertação: os povos sob dominação colonial autodeterminaram-se e afirmaram o seu direito inalienável à independência. A atitude presente do Governo Português encontra-se pois em recuo em relação à realidade existente. Não se pergunta a um escravo se deseja ser livre, sobretudo após a sua revolta e muito menos quando se é proprietário de escravos. O próprio Movimento das Forças Armadas Portuguesas soube compreender esta verdade. Por isso não esperou de Marcelo Caetano um referendário; tomou o poder e criou condições para uma vida democrática real em Portugal.

Em Moçambique só a FRELIMO que destrói o colonialismo é que está em con-

dições e possui a idoneidade para estabelecer o processo democrático, como se verifica pela realidade vivida nas zonas libertadas.

Importa ainda acrescentar que, tendo no curso de 10 anos de guerra provado claramente que a nossa luta nunca definiu um Povo ou Raça como objecto do seu combate, porque o colonialismo não tem côr e o imperialismo não tem Pátria, a FRELIMO tem a capacidade política e moral para afirmar que ela garante a vida a integridade e os interesses legítimos dos cidadãos portugueses em Moçambique. O respeito destes princípios é parte da nossa linha política e não resulta, por isso, de posição táctica ou concessões. É dentro deste quadro que estamos prontos a prosseguir, como previsto, as nossas conversações com Portugal, que de acordo com o comunicado comum entre a FRELIMO e o governo português recomençarão na primeira quinzena de Julho do ano em curso em Lusaka, terra africana.

Mas para que as conversações preliminares começadas nos princípios deste mês e que recomençarão em Julho possam transformar-se em negociações; quer dizer para que Portugal no seu diálogo com a FRELIMO respeite os direitos dos Povos e das Nações à liberdade e à independência, para que respeite as aspirações do povo

moçambicano e para que respeite as aspirações da África, é preciso que Portugal:

1. Reconheça a FRELIMO como representante legítimo do Povo Moçambicano de acordo aliás com as decisões pertinentes da OUA e da ONU.
2. Reconheça o direito à independência completa do Povo Moçambicano no seu todo territorial.
3. Aceite o princípio da transferência dos poderes que ainda exerce, às instituições representativas do Povo Moçambicano; isto é, à FRELIMO.

Entramos num período decisivo do combate africano contra o colonialismo português. Pensamos nós que importa neste momento exprimir o que espera o Povo Moçambicano dos seus irmãos africanos.

A nossa guerra de libertação deve ainda continuar, o que significa que o vosso apoio material, financeiro, político, diplomático e moral é hoje mais do que nunca muito necessário, por ser decisivo.

Foi o combate do nosso Povo, apoiado pela África e a humanidade, que criou a presente crise do colonialismo. Será o prosseguimento desse combate que, aniquilando as manobras, esmagará definitivamente o colonialismo. Dizemos pois, que o banco de sangue que a África pôs à nossa disposição deve não só continuar mas desenvolver-se. Necessitamos do vosso apoio firme e maior ainda do que no passado.

O isolamento político, diplomático, económico e cultural do regime colonial português foi uma das principais armas da África no seu combate pela libertação. Porque o combate pela libertação ainda não terminou, importa que unitariamente a África imponha e reforce o isolamento de Portugal e prossiga a sua luta para forçar os aliados de Portugal a cessarem o apoio ao colonialismo português.

Qualquer hesitação nossa a este nível só poderá favorecer as manobras do inimigo.

Batido na frente armada, o inimigo procura reconquistar as suas posições através de manobras nas frentes política e diplomática. A África inteira deve engajar-se numa batalha séria para desmascarar e neutralizar todas as manobras inimigas.

Para destruímos as manobras colonialistas e a ofensiva imperialista devemos adoptar uma estratégia dinâmica e operativa.

A nossa vigilância e unidade são mais do que nunca as armas que, arrancando a camuflagem sobre a face do inimigo, porão a nu as suas manobras e permitirão que as reconhecamos eficazmente.